Manuel da Costa Brás

(17 de julho de 1974 - 30 de setembro de 1974)
(30 de setembro de 1974 - 26 de março de 1975)
(23 de julho de 1976 - 7 de dezembro de 1977)
(1 de agosto de 1979 - 27 de dezembro de 1979)

Nasceu em 1934, em Santarém. Estudou Artilharia e Estado-Maior na Escola do Exército. Seguiu a carreira militar, atingindo a patente de coronel. Passou à reserva em 1981. Desempenhou vários cargos públicos como Provedor de Justiça (1975-1976) e comissário da Alta Autoridade contra a Corrupção (1983-1993). Esteve também ligado à administração de algumas empresas. Foi um dos participantes no 25 de Abril de 1974 e fez parte do Movimento das Forças Armadas. Ocupou a pasta da Administração Interna entre 17 de julho e 30 de setembro de 1974, no II Governo Provisório presidido pelo coronel Vasco Gonçalves. Transitou para o executivo seguinte mantendo a mesma pasta até 26 de março de 1975. Em dezembro de 1974 seriam definidas a nova orgânica e as novas linhas orientadoras do MAI. O Ministério passaria a deter importantes competências no processo eleitoral. Durante a sua passagem pela pasta seriam preparadas as eleições para a Assembleia Constituinte. Foi novamente ministro da Administração Interna no I Governo Constitucional, presidido por Mário Soares.

Nomeado a 23 de julho de 1976 seria exonerado a 7 de dezembro de 1977. O executivo manteve-se, contudo, em funções até 22 de janeiro de I978. Em agosto de 1977 seria realizada uma nova remodelação dos vários serviços do ministério e criado o STAPE. Em 1979 foi nomeado ministro-adjunto para a Administração Interna num executivo de iniciativa presidencial, chefiado por Maria de Lurdes Pintassilgo. Dirigiu a pasta entre I de Agosto e 27 de dezembro de I979, data da sua exoneração. O executivo manteve-se, contudo, em funções até 2 de janeiro de 1980.